

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.758.316 - RS (2018/0202241-1)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE : JORCY JOSE ANDREOLLA**  
**ADVOGADO : CLAUDIA FREIBERG E OUTRO(S) - PR082752**  
**AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. ADEQUAÇÃO AO TETO DAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/1998 E 41/2003. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. TERMO A *QUO*. AJUIZAMENTO DA AÇÃO INDIVIDUAL.

1. Conforme orientação do Superior Tribunal de Justiça, em se tratando de demanda para adequação dos tetos oriundos das Emendas Constitucionais n. 20/1998 e 41/2003, o pagamento de parcelas vencidas tem na data do ajuizamento do feito individual o marco inicial da prescrição quinquenal, e não na propositura da ação civil pública.
2. Agravo interno desprovido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Regina Helena Costa (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 11 de dezembro de 2018 (Data do julgamento).

**MINISTRO GURGEL DE FARIA**

Relator